

## UMA CRÍTICA RETÓRICA À RETÓRICA DE ARISTÓTELES

### RHETORICAL CRITICISM OF ARISTOTLE'S RHETORIC

*João Maurício Adeodato<sup>1</sup>*

**Resumo:** O texto começa colocando as dificuldades no estudo dos textos clássicos para em seguida situar o nascimento da filosofia como simultaneamente retórica e ontologia, ou seja, retórica como forma de abordagem filosófica. Depois se detém na análise da estrutura e da função da retórica, assim como de seus fundamentos, *ethos*, *pathos* e *logos*, e de sua forma entimemática. Conclui com a relação entre ética e retórica contrária à tradição aristotélica dominante.

**Palavras-chave:** Retórica clássica e ética. Ethos, pathos e logos. Entimema e argumentação.

**Abstract:** The text begins by posing the extra difficulties in the study of classical texts and then locates the birth of philosophy as simultaneously rhetoric and ontology, which means to understand rhetoric as a

---

1 Professor assistente e titular por concursos públicos da Faculdade de Direito do Recife - Graduado pela Faculdade de Direito do Recife, mestrado, doutorado e livre docente pela Faculdade de Direito da USP e pós-doutorado na Universidade Mainz pela Fundação Alexander von Humboldt. E-mail: adeodato@ufpe.br

form of philosophy. Then it analyzes the structure and function of rhetoric, as well as its means, *ethos*, *pathos* and *logos*, and its enthymematic form. The article concludes with the relations between ethics and rhetoric, contrary to the prevailing Aristotelian tradition.

**Key words:** Classical rhetoric and ethics. *Ethos*, *pathos* and *logos*. Enthymeme and argumentation.

**Sumário:** Introdução: problemas para ler os textos clássicos (com o exemplo da “Sentença de Anaximandro”). 1. O pensamento retórico é, pelo menos, tão antigo quanto o pensamento científico e ambos vão constituir a filosofia ocidental a partir da Grécia antiga. 2. Taxonomia da retórica e partes do discurso. 3. A teoria retórica da argumentação. 4. *Ethos*, *pathos* e *logos* como fundamentos da teoria retórica da argumentação. 5. Espécies de silogismos e o lugar do entimema, o silogismo retórico. 6. Conclusão: a sofística e o problema da ética na retórica.

## **Introdução: problemas para ler os textos clássicos (com o exemplo da “Sentença de Anaximandro”)**

Hoje os eruditos discutem versões gráficas e eventuais correções dos textos de autores modernos como Hobbes, Kant e Nietzsche, cujas obras podem ser consultadas nos próprios manuscritos e em primeiras edições, nos museus e bibliotecas sob cuja guarda estão. Imaginem-se obras escritas na Antiguidade, das quais não restou o menor traço físico, mas sim cópias de cópias de cópias de cópias de cópias... Sabe-se lá aonde iria esse regresso, dependente de uma eventual fidedignidade científica – quando a perspectiva da ciência não existia –, de uma honestidade circunstancial de

cada época – quando a difusão de certas ideias dos clássicos não interessava à cultura dominante – e mesmo da acuidade de cada copista em particular.

Outra dificuldade que vem se somar a esses fatores é que o pensamento dos clássicos chega até os tempos modernos não só por meio de transcrições, mas também por meio de doxografia, isto é, paráfrases mais ou menos fidedignas de terceiros ocupados em comentar e criticar os textos originais.

Mais um problema é o fato de o grego ser uma língua morta, muito diferente das línguas modernas, ou seja, menos racionalizada e determinável, mais subjetiva para traduzir do que a muita subjetividade que já existe em qualquer tradução, até de língua semelhantes como italiano e português ou francês e espanhol.

Finalmente, as obras clássicas chegam até os dias de hoje fragmentadas, algumas menos, outras só em frases esparsas, impedindo de se ter uma visão geral do autor pesquisado ou da evolução de seu pensamento. Para dar um exemplo, a doxografia revela que o filósofo céptico Clitômaco escreveu 400 livros; mesmo considerando que o sentido grego de “livros” indicaria capítulos, é uma vasta produção: pois bem, dela absolutamente nada sobrou<sup>2</sup>. E basta consultar as listas de escritos dos antigos filósofos, compiladas por Diógenes Laércio, para ver o quanto se perdeu<sup>3</sup>. Sem esquecer que essas dificuldades aparecem somadas umas às outras, em diferentes proporções.

Essa característica não parece exclusiva da civilização grega clássica: porém, talvez por ter sido a primeira, nela

---

2 RUSSELL, Bertrand. **History of western philosophy** – and its connection with Political and social circumstances from the earliest times to the present day. London: Routledge, 1993, Book 1, ch. XXVI, p. 247.

3 LAËRTIOS, Diógenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**, trad. KURY, Mário da Gama. Brasília: Ed. UnB, 1977, *passim*.

nota-se claramente a evolução do mito para a religião e desta para a filosofia, num caminho de racionalidade crescente, “racionalidade” aqui entendida como uma tentativa de impor mais e mais aquelas argumentações baseadas no *logos* retórico, isto é, em discursos que convencem por aquilo que é dito, pelo conteúdo linguístico da mensagem. A rigor, não exatamente persuadir, posto que suas afirmações se pretenda cogentes, de aceitação obrigatória.

Então, perfunctoriamente falando: no **mito** as forças superiores são inatingíveis e os seres humanos são joguetes sujeitos aos caprichos do destino, sobre o qual não possuem qualquer interferência; na **religião**, o ser humano pode comunicar-se com as divindades, tem inteligência com elas e até pretende interferir em suas determinações, persuadindo-as por meio de discursos e sacrifícios; na **filosofia**, o apelo para o convencimento não depende de crenças ou origens comuns, mas unicamente da “razão” (o que quer que tal termo possa significar, segundo o filósofo) de que qualquer ser humano pode fazer uso se para tanto se dispuser. Sem contar o breve período da **tragédia**, que Aristóteles procura teorizar em sua *Poética*, segundo a crítica já sem conseguir compreendê-la, mesmo tendo escrito sua obra apenas cerca de 100 anos após o surgimento daquela forma literária<sup>4</sup>.

Thales de Mileto é considerado o primeiro representante dessa nova e inusitada mentalidade, a filosofia, que depois vai gerar a ciência, que interessa menos aqui, pois nele a diferenciação entre as perspectivas filosófica e científica ainda não está presente. O estudante de filosofia chega a desanimar quando lê que “Thales disse que tudo era água”, mais ainda quando seus estudos avançam nos filósofos pré-

---

4 VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**, trad. Anna Lia de Almeida Prado. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 7 s.

-socráticos e lhe é dito que tudo no universo é composto de terra (Xenófanes), de ar (Anaxímenes), de fogo (Heráclito) ou de todos juntos (Empédocles). E depois enfrenta Platão, afirmando que o mundo real não existe, mas é cópia imperfeita de ideias, as quais constituem a verdadeira realidade. Mas o estudante deve lembrar que, quando lê um grande filósofo e o acha “um idiota louco”, o mais provável é que o idiota louco seja ele, mergulhado na parvoíce do senso comum da vida moderna.

Com efeito, a hipótese científica de Thales é admirável e não configura qualquer tolice. Há cem anos, grande parte dos cientistas modernos acreditava que o universo era feito de hidrogênio e hidrogênio é um elemento composto de dois terços d’água<sup>5</sup>. Thales foi o primeiro a prever um eclipse e a conseguir a utilíssima informação de conhecer a variação das épocas das colheitas, por exemplo. Os filósofos pré-socráticos, que tanto agradavam a Nietzsche, talvez por não separarem nitidamente as esferas física e ética, estavam mais para o que hoje se chamariam cientistas do que filósofos. Interessava-lhes a composição do universo. Os sofistas e Sócrates inserem na filosofia o humanismo, centrando nos problemas éticos suas investigações.

Dentre os pré-socráticos, Anaximandro é notável por abandonar esse “*elementarismo*” (procurar um fundamento único para a composição do universo, tal como a água), argumentando que a predominância de um eliminaria os demais, a crer na doxografia de Aristóteles. Daí sugerir o *apeíron* que constituiria a *arché* de todo universo. Desse fundamento o universo deriva por meio de algo como uma injustiça originária, isto é, o surgimento dos elementos e das coisas está

---

5 RUSSELL, Bertrand. **History of western philosophy** – and its connection with Political and social circumstances from the earliest times to the present day. London: Routledge, 1993, Book 1, ch. II, p. 45.

ligado ao nascimento dos “contrários”, forças que tendem a subjugar umas às outras, mas que depois retornam ao *apeíron* por uma espécie de expiação, pois a morte leva à dissolução e, portanto, à resolução dos contrários um no outro.

Procura sempre causas físicas para a existência do universo e da vida e é surpreendentemente livre de superstições<sup>6</sup>. Como cientista prático, Anaximandro teve realizações importantes, como a construção de um *gnomon* (relógio de sol) e o desenho do primeiro mapa, pelo menos na civilização ocidental.

A importância de Anaximandro deve-se também ao fato de ser atribuído a ele o mais antigo fragmento direto, quer dizer, o primeiro texto filosófico escrito em prosa que chegou até os dias atuais. O neoplatônico Simplício escreveu seu famoso livro sobre a *Física* de Aristóteles ao redor do ano de 530 d. C. e nele transcreveu a sentença de Anaximandro tal como é conhecida, a qual declara ter retirado de uma citação dos *Physikón dóxai* de Teofrasto. Porém:

Desde o tempo em que Anaximandro pronunciara esta sentença – não sabemos nem onde, nem como, nem a quem ela foi dita – até o momento em que Simplício a inscreveu no seu comentário, passaram-se mais de mil anos.<sup>7</sup>

Este único fragmento, com 2.500 anos de idade, que os eruditos concordam ser do próprio Anaximandro e o mais antigo indicador da nova mentalidade filosófica, inaugurada pelos gregos, diz o seguinte<sup>8</sup>:

---

6 VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2006, p. 129-143.

7 HEIDEGGER, Martin. A sentença de Anaximandro, trad. de Ernildo Stein, *in*: DIVERSOS. **Os pré-socráticos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 21.

8 Agradecimentos a Gustavo Just pelos proveitosos ensinamentos e discussões no que concerne ao grego antigo.

ἐξ ὧν δὲ ἡ γένεσις ἐστι τοῖς οὖσι, καὶ τὴν φθορὰν εἰς ταῦτα γίνεσθαι κατὰ τὸ χρεῶν· διδόναι γὰρ αὐτὰ δίκην καὶ τίσιν ἀλλήλοισι τῆς ἀδικίας κατὰ τὴν τοῦ χρόνου τάξιν.<sup>9</sup>

Para melhor compreender o texto, afastando-se a tradução chamada “livre”, que geralmente consiste numa versão arbitrária e criativa que justifica o velho dito “tradutor, traidor”, separam-se as atitudes de tradução **literal** e tradução **interlinear**. A tradução literal procura respeitar a estrutura da língua de destino, adaptando as palavras e sua ordem dentro do texto de origem. O exemplo acima, tomando do grego para o português, pode ser traduzido assim:

Dali de onde provêm as coisas que existem, também ali elas necessariamente perecem, eis que são punidas pelos males causadas umas às outras, de acordo com a ordem do tempo.

A tradução interlinear, por sua vez, procura transpor palavra por palavra, precisamente na ordem em que aparecem no original. A origem da expressão vem do antigo uso de colocar as palavras da língua de destino exatamente acima ou abaixo daquelas de origem, daí ficarem entre as linhas, a “*interlinearidade*”. Sua utilidade é técnica, dirigida a quem estuda a língua, sobretudo aquelas de declinações complexas como o grego e o latim.

De onde a origem reside das coisas que existem, da mesma forma a ruína para aqueles lugares vem a ser, de acordo com aquilo

9 A obra de Hermann Diels e Walter Kranz resultou da pesquisa que reuniu todos os fragmentos dos chamados filósofos pré-socráticos, assim como a doxografia (escritos de outros autores antigos sobre eles), e inaugurou um padrão erudito de referência muito utilizado. As duas primeiras letras, DK, indicam as iniciais dos autores da compilação. Em seguida vem um número que corresponde ao capítulo específico (por exemplo, o capítulo 9, a Simplicio, o 22, a [Heráclito](#), o 28, a [Parmênides](#)). Depois vem uma letra, que pode ser A, quando se trata de doxografia, B, quando são fragmentos considerados originais dos próprios autores, ou C, para significar autoria duvidosa ou imitação.

que se deve; [Anaximandro diz que<sup>10</sup>] é imputada de fato a elas punição pelo umas às outras mal, segundo a do tempo ordem.

Sob essa forma poética, Anaximandro quer criticar a tese de que o universo teria origens em algum dos chamados elementos fundamentais (água, terra, fogo, ar), que seriam derivados da matéria infinita, à quais também todos retornam e cujo equilíbrio consiste na “punição” de um elemento temporariamente preponderar sobre outro.

Em suma, as dificuldades no estudo dos autores da Antiguidade clássica não são poucas.

## **1. O pensamento retórico é, pelo menos, tão antigo quanto o pensamento científico e ambos vão constituir a filosofia ocidental na Grécia antiga.**

Depois do mito e da religião, mais ou menos simultaneamente com as preocupações epistemológicas dos pré-socráticos, admite-se que a retórica nasceu na Grécia antiga, por volta do ano 485 a. C., mais precisamente na cidade siciliana de Siracusa. O componente ético – a investigação sistemática

---

10 Esta frase entre colchetes encontra-se no início do período, porque esse famoso “fragmento de Anaximandro” aparece na civilização ocidental numa referência *apud* de Simplício, que se reporta ao filósofo. Cf. DIELS, Hermann & KRANZ, Walter. **Die Fragmente der Vorsokratiker**, 3 Bände (hrsg. von Walter Kranz, Nachdruck der 6. verbesserten Auflage von 1951/52). Zürich: Weidmann, 1996. Cf. também **Anaximandre en PDF** (texte grec de Diels 1922, traduction anglaise de John Burnet 1908 et traduction française de cette traduction anglaise 1919 par A. Reymond), em <http://philoctetes.free.fr/anaximandre.htm>, acesso em 12 de março de 2013. A fonte, doxográfica (“A” na notação de Diels-Kranz), é Simplício, nos **Comentários à Física de Aristóteles**. A tradução brasileira de Wilson Regis está em **Os pré-socráticos**, Coleção Os Pensadores: **Física**, 24, 13 (DK 12 A 9), p. 15.



da diferença entre o bem e o mal – vai ser adicionado pouco depois pelos sofistas e por Sócrates.

A retórica surge pelas necessidades da prática forense, como uma consequência indireta da tirania de Gelon e seu sucessor Hieron I, os quais expropriaram terras de diversos cidadãos para concedê-las a membros de sua guarda pessoal. Com a queda dos tiranos e o retorno da aristocracia, os expropriados colocaram uma série de pleitos perante o novo governo, com o objetivo de recuperar suas possessões. O sucesso desses pleitos dependia de um domínio de técnicas argumentativas que foram se tornando mais e mais complexas. Parece assim ponto pacífico que a origem da retórica no Ocidente é judicial e sem qualquer vínculo com a literatura ou a poesia, estando politicamente ligada ao espaço público da palavra livre e aos efeitos do discurso sobre as relações sociais.

Atento aos efeitos práticos de uma argumentação eficiente e à necessidade de sistematizá-los em uma teoria, Córax de Siracusa elabora uma série de estratégias e procedimentos destinada a influir sobre os tribunais e assembleias e garantir a eficiência persuasiva do discurso. Para uma parte dos historiadores, um de seus discípulos, Tísias, divulga esse tratado pela Grécia e acrescenta suas próprias contribuições; para outros, Córax seria apenas um apelido de Tísias, pois *korax* ou *korakoc* significava “o corvo” em grego antigo, ou seja, o criador da retórica teria sido Tísias, o corvo<sup>11</sup>.

Nessas origens remotas se baseia uma das teses deste texto, a de que a fundamentação retórica da decisão jurídica **não** deve ser compreendida **exclusivamente como ornamento**, redução criada posteriormente e utilizada para hostilizar e desacreditar a retórica. Em outras palavras, para

---

11 RUIZ DE LA CIERVA, María del Carmen. Los géneros retóricos desde sus orígenes hasta la actualidad. *Revista Rhêtorikê* #0, 2007, p. 1-40.

a perspectiva dos retóricos, a ideia de eficácia esteve desde sempre ligada à natureza da decisão, pois só se pode falar de persuasão quando a estratégia funciona, produz o efeito desejado. Fundem-se ornamento e eficácia, o agradável e o útil, a forma e o conteúdo.

E, quando os antigos dizem que a retórica é a arte de falar bem, fazem-no na consciência de que, para falar bem é necessário pensar bem, e de que o pensar bem pressupõe não só ter ideias, ideias nobres, ideias lógicas, estruturadas e esteticamente bem arrumadas, mas ter também um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se pensa e cre<sup>12</sup>.

Também em Aristóteles a retórica é considerada uma δύνανμις (*dynamis*), vale dizer, uma competência teórica e prática para perceber os meios mais adequados a obter os efeitos desejados, fazer a comunicação conformar o mundo, transformar ideias e palavras em realidade. Como a decisão precisa ser eficaz para ser decisão, o objetivo final de todo processo de argumentação retórica é fazer com que determinada interpretação prevaleça, pois conhecer retórica habilita a “falar com eficácia e deleite sobre qualquer assunto”<sup>13</sup>.

## 2. Taxonomia da retórica e partes do discurso

Segundo a perspectiva classificatória, a tradição de inspiração aristotélica identifica **três tipos de retórica** na chamada teoria da estase sobre os discursos, segundo a dimensão temporal a que se dirigem: o forense, o deliberativo

12 ALEXANDRE Júnior, Manuel. Eficácia retórica – a palavra e a imagem. *Revista Rhêtorikê* #0, 2008, p. 1-26, p. 4.

13 CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Tratado de eloquência**, in: **Obras políticas e literárias** (coleccionadas pelo Comendador Antonio Joaquim de Mello). Recife: Typographia Mercantil, 1875 (ed. *fac simile*, 1972, p. 63-155), p. 65.

e o epidítico. Os **cânones de análise** observam as partes componentes do discurso e são cinco: invenção, disposição, estilo, memória e apresentação. Finalmente, há **quatro critérios** para examiná-los: segundo o objeto, o auditório, a situação e o tempo. Explicando a taxonomia.

A retórica forense dirige-se a acontecimentos passados e o orador procura fazer o auditório crer que esses acontecimentos se deram segundo sua versão e com as consequências que a eles atribuem. Aristóteles pensava no discurso dos tribunais, composto de defesas e acusações. A retórica deliberativa tem o tempo futuro por horizonte e o orador procura mostrar que o rumo que sugere é o melhor, ela é apropriada ao discurso político e dele fazem parte o conselho e o convencimento. A retórica epidítica ou panegírica concentra-se no presente, serve para louvar ou censurar, adequada a discursos para conceder prêmios ou para orações fúnebres.

Na tentativa de decompor analiticamente o discurso, a retórica clássica separa a invenção (*inventio*), que é responsável por emprestar plausibilidade aos argumentos, investigando sua origem, estudar como os oradores criam e utilizam esses argumentos diante de seus objetivos. É a parte mais geral, aquela que vai direcionar o discurso pelas vias de *ethos*, *pathos* e *logos*, que constituem os fundamentos da teoria retórica da argumentação, a serem examinados adiante.

A disposição (*dispositio*) explora como o discurso está organizado, a arrumação de suas estratégias ao longo de seu desenvolvimento; por exemplo, se ele parte de afirmações gerais ou específicas, isto é, se procede dedutiva ou indutivamente, como essa organização pode influir sobre o auditório, se argumentos considerados fortes devem vir antes dos fracos, se argumentos *ad hominem* devem vir antes dos *ad personam* ou vice-versa, qual o tempo apropriado para colocações mais ornamentais ou de maior apelo emocional etc.

O estilo (*elocutio*) é a parte que procura adequar o pensamento a suas vias de expressão, relacionando conteúdo e forma do discurso, como se pode ver na maior adequação, segundo o caso, de um arrazoado jornalístico ou poético, de um discurso jurídico ou científico. Também faz parte do estilo decidir se o discurso se dará na primeira ou na terceira pessoa, assim como o grau de intimidade ou distanciamento que o orador assume com o auditório, dentre muitos outros aspectos.

A memória (*memoria*) é um cânone que analisa em que extensão o orador preserva as informações pertinentes, domina o conteúdo de sua fala, transmite ao auditório, na medida de sua capacidade de compreensão e retenção, os dados relevantes que o tema suscita. Para isso, segundo a retórica clássica, o bom orador deveria ser capaz de planejar e memorizar seu discurso antecipadamente e daí repeti-lo de forma a mais igual possível em diferentes ocasiões<sup>14</sup>.

A apresentação (*pronunciatio*) é cânone da análise retórica quando esta observa a forma do discurso a partir do seu meio de transmissão, isto é, se é escrito, oral, por carta, e-mail, numa mesa de bar ou em uma cerimônia formal, numa conversa a dois ou perante diferentes auditórios. Refere-se ao controle sobre contenção ou exuberância, postura da voz, sobriedade ou excesso, elegância no falar, no escrever<sup>15</sup>.

---

14 E muito se chama atenção para o papel do direito na preservação da memória: KIRSTE, Stephan. O direito como memória cultural. **Revista do Mestrado em Direito** - Direitos Humanos Fundamentais, ano 8, nº 2. São Paulo: Unifiefio, 2008, p. 125-143. Tradução de João Maurício Adeodato a partir de KIRSTE, Stephan. Der Beitrag des Rechts zum kulturellen Gedächtnis. **Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie**, 94 (2008), Heft 1, S. 47-69

15 Para isso conferir a obra clássica que continua sendo publicada integrando as de Marco Túlio Cícero, muito embora seja hoje considerada apócrifa: **Retórica a Herennio**. Obras Completas de Marco Tulio Cícero (em 16 tomos). Madrid: Librería y Casa Editorial Hernando, 1928, tomo III.

### 3. A teoria retórica da argumentação

Os argumentos não se confundem com as figuras de linguagem, embora possam utilizá-las, e a distinção entre esses dois procedimentos discursivos não é clara nem pacífica. Segundo Aristóteles, as **figuras de linguagem** e os **argumentos** são duas espécies de **meios de persuasão** retóricos. Herdeiro da ojeriza de Platão, o Estagirita argumenta que o sofista se distingue do dialético por conta de seus propósitos morais, indignos, mas é forçado a reconhecer que as técnicas empregadas são semelhantes<sup>16</sup>. As figuras são mais importantes na dimensão do *pathos*, ao passo que os argumentos em sentido estrito privilegiam a dimensão do *logos*; em outras palavras, as figuras apelam mais à emoção dos ouvintes e convencem por sua beleza retórica, seu tom, sua forma, seu ritmo, ao passo que os argumentos inserem-se mais no âmbito da linguagem explícita e procuram persuadir por seu próprio conteúdo<sup>17</sup>.

A associação entre retórica e argumentação é milenar, mas ganha novos foros hoje em dia:

O sistema retórico parece adequado para tocar a complexidade, a vulnerabilidade e a contingência que caracterizam a comunicação mediática e a vertigem técnica e plurilocal das fontes e dos saberes... A retórica é um tema que afasta certas barreiras tradicionais entre as disciplinas e entre os períodos e que apela ao mesmo tempo à história dos textos, à história literária, à história, simplesmente... Ela propõe uma metodologia moderna, porque “descompartimentada”, e garante às ciências humanas “um pano

16 ARISTOTLE. *Rhetoric*. I, 1, 1355b. *The works of Aristotle*, trad. W. Rhys Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 595.

17 SOBOTA, Katharina. Rhetorisches Seismogramm – eine neue Methode in der Rechtswissenschaft. *Juristenzeitung*, vol. 47, Issue 5. Digizeitschriften, 1992.

de fundo cultural, uma memória”, ao mesmo tempo [em] que encoraja para “olhar para a ética”.

Por sua vez, a argumentação é uma técnica e uma arte para lidar com a razão prática e impelir à ação; trata dos assuntos complexos da cidadania e da hierarquização dos valores como a autodeterminação, igualdade, ou a liberdade, num contexto multireferencial e numa dada situação; lida com a contingência e a verossimilhança e não com a objetividade ou a verdade – a sua racionalidade é sempre provisória<sup>18</sup>.

Até os juristas vêm despertando para a importância da retórica e da argumentação no estudo de suas disciplinas e no exercício de suas ocupações dogmáticas, ainda que isso não autorize sonhar com uma educação jurídica nessa direção nas faculdades de direito brasileiras, nas quais até a filosofia como um todo é ignorada.

Faz parte da hermenêutica o tratamento das imprecisões linguísticas necessariamente presentes, quais sejam a ambiguidade, a vagueza e a porosidade. A ação de interpretar consiste numa estratégia retórica que tem como objetivo sugerir significados para significantes escolhidos diante de um conflito “real”, isto é, referidos a um evento concreto.

Já a argumentação, embora se processe também no âmbito da retórica estratégica, constituindo uma metodologia, utiliza os significados escolhidos na interpretação para convencer os demais participantes do discurso e para impor os significados de quem argumenta. Seu objetivo é vencer a competição e interferir com sucesso sobre a realidade, dirigindo-a no rumo desejado pelo orador. Dela fazem parte o *ethos*, o *pathos* e o *logos*.

---

18 MARQUES, Regina. Retórica e argumentação: origens e territórios de acção. *Rhêtorikê* #0, 2009, p. 1-23, p. 1-2.

#### 4. Ethos, pathos e logos como fundamentos da teoria retórica da argumentação

Segundo Aristóteles, essas são as três dimensões da retórica e compõem os meios de persuasão, posto que para ele a persuasão é o objetivo da retórica. Sua definição é clássica: “a primeira espécie depende do caráter pessoal do orador; a segunda, de provocar no auditório certo estado de espírito; a terceira, da prova, ou aparente prova, é fornecida pelas palavras do discurso propriamente dito”. Desses termos se originaram a ética, a patética e a lógica, com todas as variações de significados a que séculos e séculos as submeteram, ou seja, não são sinônimos. É por isso, diz Aristóteles, que está equivocado dizer que as qualidades pessoais do orador (*ethos*) em nada contribuem para seu poder de persuasão: “ao contrário, seu caráter quase que pode ser chamado de o meio mais efetivo de persuasão que possui”<sup>19</sup>.

A crer em estudiosos do vocabulário de Aristóteles e da Grécia clássica, o termo *ethos* tem origem em duas expressões distintas, que evoluem e já se haviam confundido ao tempo de Aristóteles: Em um sentido coletivo, social, ΕΘΟΣ (έθος, éthos) significa “costume”, “uso”, “hábito”, ao passo que ΗΘΟΣ (ήθος, êthos) tem um sentido mais pessoal e individual, indicando “caráter” ou mesmo “forma de pensar”<sup>20</sup>.

Um termo tão longo só pode mostrar alto grau de porosidade. Nessa sua evolução ao longo do tempo, *ethos* designava a princípio o local de procedência de alguém, aplicando-se também ao *habitat* dos animais; essa acepção se torna mais metafórica ao significar os usos e costumes

19 ARISTOTLE. *Rhetoric*, I, 2, 1355b Trad. W. Rhys Roberts. Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, v. 8, p. 595.

20 PELLEGRIN, Pierre. *Le Vocabulaire d'Aristote*. Paris: Ellipses, 2001, p. 23 s.

de um grupo social; depois evolui para um alcance mais pessoal, indicando uma disposição de caráter individual, um conjunto de inclinações e atitudes que caracteriza cada ser humano; outro sentido posterior, que parece ter também advindo de *ethos*, diz respeito à influência do orador sobre os ouvintes, mas esse sentido tardio já se aproxima do significado de *pathos*<sup>21</sup>. E prenuncia o processo de confusão que fez da retórica um objeto tão desprezado quanto incompreendido na cultura ocidental mais recente, submersa nos sucessos de uma ciência eficiente e predatória da natureza.

Tanto no uso cotidiano quanto na linguagem filosófica, o termo *pathos* aparece designando sentimento, emoção, sempre com um significado passivo de sentir uma emoção provocada por fatores externos; vai assim paulatinamente ganhando um sentido doloroso para aquele que o tem, como uma paixão que engrandece e causa sofrimento, edifica e purifica o *ethos* ao mesmo tempo. Por isso, na *Retórica* de Aristóteles o *ethos* está predominantemente associado ao orador, com seu caráter ativo, enquanto o *pathos* diz mais respeito às reações do ouvinte.

Os desenvolvimentos posteriores da retórica vão levar a uma concepção mais ativa do *pathos* no discurso, passando a designar o sucesso no objetivo de causar emoções nos ouvintes, a arte de fazê-los sentirem-se como o orador os conduzir.

Coerente com a ligação que vê necessária entre retórica e ética, Aristóteles exige que o *pathos* sempre venha acompanhado da boa ética, pois as emoções precisam ser limitadas pela virtude. As paixões são muito importantes, porém dar

---

21 LIDDEL, Henry George e SCOTT, Robert (comp.). *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 480 e p. 766. BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Grec Français* (rédigé avec le concours de E. Egger). Paris: Hachette, 2000 (27e. ed.), p. 581 e p. 894.



vazão a elas sem o devido controle é um mal. Mais uma vez Aristóteles critica os sofistas pelo exagero no discurso patético, destinado a manipular audiências incautas. A expressão “patético” vem desde sempre associada a esse excesso passional, afetado, adquirindo um sentido invariavelmente negativo que não é fiel a suas origens etimológicas. O grande problema da ética é que o mal pertence à classe do que é ilimitado e o bem é sempre limitado; por isso é muito mais fácil errar do que acertar, muito mais fácil fazer o mal do que o bem<sup>22</sup>.

O termo *logos* refere-se às “palavras do discurso propriamente dito”, na formulação de Aristóteles, e trabalha no campo das evidências, da racionalidade que os seres humanos supostamente têm em comum. O termo é entendido como “conhecimento” ou mesmo “razão”, mas esse parece ter sido apenas um dos seus muitos sentidos; um dos mais antigos é “palavra”, o que os latinos traduziram por “verbo”, como no Evangelho de João.

Se houve uma metonímia nessas três formas e estratégias da linguagem para os gregos clássicos, ela estava precisamente no *logos*, que era muitas vezes identificado com a linguagem como um todo, indicando tanto o ato de estar falando e a argumentação correspondente quanto seu resultado, o discurso propriamente dito. É daí que Aristóteles não opõe nem sequer separa a lógica da retórica, entendendo-a como parte dela, já que é *logos*; a retórica opõe-se, isso sim, à **analítica**, o estudo sistemático das regras do pensamento – analítica mais no sentido que o termo “lógica” veio adquirir até os dias de hoje. Os sofistas estavam de acordo com essa inserção do *logos* na retórica e é assim que Protágoras

---

22 ARISTOTLE. *Nicomachean Ethics*, II, 6, 1106b. *The works of Aristotle*, trad. W. D. Ross, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, v. 8, p. 352.

o coloca no plano da opinião, da *doxa*, ao dizer que sempre são possíveis “opiniões” contrárias, *dissoi logoi*. Aparecem também os significados de argumentação, teoria, definição, pensamento, verbo, oração, dentre outros<sup>23</sup>.

Mesmo tendo seguido muitos dos passos de Platão, Aristóteles tem uma filosofia inteiramente diferente e sua originalidade não se revela apenas na proverbial transformação do dualismo platônico entre alma e corpo na separação entre forma e matéria. Para o que interessa aqui, outra notável diferença foi o tratamento dado à retórica, que Aristóteles respeita, mesmo tendo acompanhado a aversão de Platão aos sofistas.

Aristóteles vai perceber que, em muitos setores importantes da vida humana, não é possível chegar à verdade, ao âmbito da *episteme* desejado por Platão. Mesmo aceitando que a finalidade da filosofia é a verdade, e que a tarefa de procurá-la é a mais significativa, Aristóteles aceita que a opinião pode ser relevante e a retórica, como campo de estudo da opinião, indispensável, exatamente quando “a filosofia” se mostra impotente<sup>24</sup>. Daí ter escrito sua *Retórica*, obra na qual procura mostrar uma boa retórica em oposição àquela praticada pelos sofistas, fonte da aversão de Platão pelo conhecimento opinativo. Isso demonstra mais uma vez a inseparabilidade entre retórica e ética pregada por Aristóteles.

Muitos dos sofistas se consideravam filósofos, apesar de se dedicarem ao estudo do discurso, que constituiria o campo mais importante na educação do cidadão, por habilitá-lo à vida na *polis*, único ambiente em que o ser humano poderia aprender a argumentar e desenvolver plenamente suas

---

23 UEDING, Gert (Hrsg.). *Historisches Wörterbuch der Rhetorik*, Band 5. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994, p. 624 s.

24 BARILLI, Renato. *Retórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 21 s.

faculdades<sup>25</sup>. Esse desiderato vai contra o pensamento de Platão, que separa rigidamente retórica e filosofia: o conhecimento é o alimento da alma e, nesse terreno, a eloquência sofística só tem a desviar do reto caminho<sup>26</sup>. Aristóteles aceita essa separação e a prioridade da filosofia, mas reconhece a relevância do estudo da retórica, desde que purificada do instrumentalismo sofístico e da busca pelo sucesso estratégico, vale dizer, desde que subordinada a diretrizes éticas.

Por outro lado, é interessante observar que, ainda na Antiguidade, céticos posteriores vão dirigir suas críticas muito mais ao cientificismo de Aristóteles e seus seguidores, chamados de “dogmáticos”, do que contra Platão e o Sócrates de seus diálogos. Arcesilau, assim como seus sucessores na Academia fundada por Platão, Clitômaco e Carnéades, combateram os aristotélicos e os estóicos chamando atenção, favoravelmente, para a metodologia aporética de Platão, e atacaram o que entendiam como uma interpretação equivocada dos dogmáticos sobre os diálogos platônicos. Com efeito, e curiosamente, o estilo inconclusivo e a estrutura argumentativa desses diálogos parecem dar respaldo a esse aparente paradoxo<sup>27</sup>.

---

25 NIETZSCHE, Friedrich. **Rhetorik** (Darstellung der antiken Rhetorik; Vorlesung Sommer 1874, dreistündig). **Gesammelte Werke**, fünfter Band. München: Musarion Verlag, 1922, p. 288.

26 PLATO. **Protagoras**, 312-313. **The works of Plato**, trad. J. Harward, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 6, p. 40.

27 SEXTUS EMPIRICUS. **Grundriß der pyrrhonischen Skepsis**, eingeleitet und übersetzt von Malte Hossenfelder. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1985, p. 93.

## 5. Espécies de silogismos e o lugar do entimema, o silogismo retórico

Procurando de início situar a retórica em seu quadro geral das formas de conhecimento, Aristóteles a tem como uma **técnica** porque não cabe em sua classificação das ciências, a qual compreende três tipos: poéticas, teóricas e práticas. A retórica não é uma ciência poética porque não constitui seu próprio objeto, apenas desenvolve estratégias aptas a manipulá-lo; tampouco deve ser confundida com uma ciência teórica, pois essas trabalham com a descoberta da verdade e sua descrição, tais como matemática, biologia e filosofia; e tampouco faz parte das ciências práticas, de que são exemplos a política e a ética, pois essas procuram contemplar e realizar o bem individual e coletivo.

Assim, diferentemente de Platão, que a abominava como arte sofística, Aristóteles reconhece a importância do estudo da retórica, percebe que há assuntos importantes nos quais é impossível a argumentação apodítica e são disfuncionais as demonstrações exaustivas do silogismo dialético, porque o argumento não se presta às conclusões lógicas da razão ou a audiência não consegue compreendê-los ou não há paciência ou tempo hábil, dentre vários outros motivos, ou compõem todos esses motivos juntos. Aí procura separar a boa da má retórica mediante duas estratégias: construir um conceito material dos argumentos retóricos (**entimemas**), a partir de seu conteúdo, e ligar necessariamente **retórica e ética**.

Aristóteles não ignora a tradição do conceito formal de entimema, que o apresenta como um silogismo que não expressa todas as suas três partes componentes, deixando uma ou mesmo duas delas subentendidas, na esfera do silêncio, segundo a definição de Quintiliano ao referir o *Discurso para*

*Ligario* de Cícero: “Este exemplo tem a fundamentação e a assertiva, mas não tem conclusão: constitui assim, portanto, o silogismo imperfeito”<sup>28</sup> (entimema). Essa aparente “deficiência”, pelo menos do ponto de vista da completude lógica, é justamente responsável pela força retórica do entimema, posto que a comunicação se dá como se houvesse acordo sobre aquela premissa ou conclusão sobre a qual se silencia. É aquela característica da linguagem humana que faz com que os acordos sejam facilitados por termos mais imprecisos e que, quanto mais determinados sentido e alcance, mais probabilidade de dissenso<sup>29</sup>.

As perspectivas formais sobre o entimema atêm-se mais ao *logos* do discurso e é isso que Aristóteles tenta superar, chamando atenção para a correlação dessa característica formal com os aspectos retóricos do *pathos* e do *ethos*. Ao relacionar o *logos* argumentativo com o *pathos* e o *ethos*, Aristóteles aponta os conteúdos materiais do entimema (*topoi*: verossimilhanças, probabilidades, indícios, paradigmas). O entimema constitui somente a forma de expressão do conteúdo da persuasão, o qual se expressa pelas emoções que o emissor consegue despertar no receptor da mensagem e pela credibilidade daquele diante deste, além da mensa-

---

28 QUINTILIANUS, Marcus Fabius. **Institutionis oratoriae**, Liber V, 14, 1. Edição bilíngue de Helmut Rahn (*Hrsg.*). **Ausbildung des Redners**, em 2 vols. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988, vol. I, p. 653: “habet enim rationem et propositionem, non habet conclusionem: ita est ille imperfectus syllogismus.” Para uma análise mais detalhada do conceito de entimema, ADEODATO, João Maurício. *Ética e retórica - para uma teoria da dogmática jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 329. Também SOBOTA, Katharina. Don't mention the norm!. **International Journal for the Semiotics of Law**, vol. 4, fasc. 10, 1991, p. 45-60, trad. João Maurício Adeodato: Não mencione a norma!. **Anuário dos Cursos de Pós Graduação em Direito**, nº 7. Recife: Universitária da UFPE, 1996, p. 80-93.

29 ADEODATO, João Maurício. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011, p. 341 s.

gem mesma, seu *logos*. Por isso, na opinião de Aristóteles, a retórica não se ocupa apenas do entimema, apesar de ele constituir o silogismo retórico por excelência, mas também de questões éticas, políticas, psicológicas etc. Recusa assim a definição formal, do “silogismo encurtado”<sup>30</sup>.

Antes mesmo de Aristóteles, o sofista Isócrates já mencionara a expressão *enthyméisthai* como uma ferramenta importante no estudo da retórica e na análise da argumentação. Diferentemente do estagirita, porém, que associa o entimema a todas as formas de discurso (deliberativo, forense e epidítico), e concordando com Anaxímenes de Lampsakos, Isócrates coloca o entimema como apropriado à argumentação forense<sup>31</sup>.

Se a definição formal de entimema considera-o um silogismo ao qual falta uma das três partes, resta claro que se apoia no que aqui se chama a esfera do silêncio. Pode-se também silenciar sobre dois dos três componentes do silogismo, ocasião em que o elemento expresso que resta é denominado sentença. Se essa sentença não é uma das premissas, mas sim colocada como uma conclusão, que constitui o ponto central e definitivo do argumento, na lição de Quintiliano, ela se denomina **epifonema**<sup>32</sup>.

O conceito formal do argumento entimemático não se contrapõe à concepção material de Aristóteles, sendo, ao

30 WÖRNER, Markus. *Enthymeme – ein Rückgriff auf Aristoteles in systematischer Absicht*, in BALLWEG, Ottmar; SEIBERT, Thomas-Michael (Hrsg.). **Rhetorische Rechtstheorie**. Freiburg – München: Alber, 1982, p. 73-98. SPRUTE, Jürgen. **Die Enthymemtheorie der aristotelischen Rhetorik**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1982, p. 68 s.

31 RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karl (Hrsg.). *Enthymeme*. **Historisches Wörterbuch der Philosophie**. Basel-Stuttgart: Schwabe & Co., 1972, vol. 2, p. 759.

32 QUINTILIANUS, Marcus Fabius. **Institutionis oratoriae**, Liber VIII, 5-11. Edição bilíngue de Helmut Rahn (Hrsg.). **Ausbildung des Redners**, em 2 vols. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988, vol. II, p. 207.

contrário, com ela conciliável. Conforme já mencionado, o entimema pode expressar todo o silogismo baseado em probabilidades, indícios, paradigmas, *topoi* etc., assim como silenciar sobre uma ou duas de suas partes. O silêncio pode se apoiar na suposição de que aquilo que seria expresso é evidente, de que não é oportuno externar aquela afirmativa, de que ela, mesmo sem ser óbvia, é do conhecimento ou mesmo do acordo do receptor da mensagem, tudo vai depender do caso concreto. O fundamento dessa suposição pode estar, por sua vez, em qualquer das alternativas propostas por Aristóteles (indícios, paradigmas, probabilidades fornecidas pela experiência etc.) e sua preocupação com a fundamentação ética da arte do discurso.

A persuasão, para ele, é uma espécie de demonstração, pois as pessoas são persuadidas mais completamente por argumentos demonstrativos. O entimema, que constitui a via retórica por excelência, é uma espécie de silogismo, enquanto que o estudo de todos os tipos de silogismos é tarefa da dialética. Uma pessoa deve ser definida como “sofista” segundo seus (maus) propósitos morais, ao passo que é definida como “dialética” não por conta de seus propósitos morais, mas sim por suas faculdades argumentativas<sup>33</sup>.

Diante desse contexto, sobre a controvérsia de como classificou os silogismos, pode-se interpretar Aristóteles da seguinte maneira: o silogismo **dialético** repousa sobre a *endoxa*, opinião universalmente aceita pelos participantes do discurso, ao passo que o silogismo **demonstrativo** busca provar determinada afirmação, atribuindo-lhe validade geral, situando-se entre o silogismo apodítico e o entimema, pois “a demonstração que ensina duas coisas é preferível

---

33 ARISTOTLE. *Rhetoric*, I, 1, 1355b. *The works of Aristotle*, trad. W. Rhys Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 595.

à demonstração que ensina apenas uma”<sup>34</sup>. A conclusão é que a demonstração será tanto mais persuasiva quanto mais genérico seu caráter. Mas a função do orador não é apenas ensinar e contém outros dois pontos, quais sejam emocionar e deleitar<sup>35</sup>.

O silogismo apodítico constitui assim uma “demonstração na argumentação”, quando as premissas das quais parte são “verdadeiras e primárias”; ele é dialético, por seu turno, se toma por base premissas que são “geralmente aceitas”<sup>36</sup>. Aqui cabe ressaltar o conceito de silogismo dialético, debatido por Aristóteles na *Tópica*, diante do conceito de entimema, tratado na *Retórica*. Um autor tão antigo e de tanta importância histórica quanto Aristóteles, além das dificuldades hermenêuticas de qualquer autor, torna-se mais complexo porque seus escritos chegaram até hoje via copistas nem sempre fidedignos, conforme mencionado acima. Com efeito, essa definição de silogismo dialético é praticamente a mesma que é dada na *Retórica* para o entimema (ou silogismo retórico), mas em diversas outras passagens fica claro que o Estagirita não considera as expressões sinônimas na estrutura da argumentação.

É assim que o conceito de *endoxa* é tão importante quanto impreciso. Aristóteles o examina por meio da oposição entre proposições verdadeiras e falsas e da oposição entre as proposições que têm a aparência de aceitas pela

---

34 ARISTOTLE. *Posterior analytics*, I, 24, 86a. *The works of Aristotle*, trad. G. R. G. Mure, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 7, p. 117.

35 QUINTILIANUS, Marcus Fabius. *Institutionis oratoriae*, Liber VIII, 7. Edição bilíngue de Helmut Rahn (*Hrsg.*). *Ausbildung des Redners*, em 2 vols. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988, vol. II, p. 126: “*oratoris officium docendi, movendi, delectandi partibus contineri*”.

36 ARISTOTLE. *Topics*. I, 1, 100a. *The works of Aristotle*, trad. W. A. Pickard-Cambridge, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 7, p. 143.



opinião (éndoxon), sem sê-lo. Trazendo o problema para hoje, na primeira bipartição, *endoxa se opõe a ciência*, ao conhecimento constrangedoramente verdadeiro, o que se gostaria fosse suficiente. Sim, pois a credibilidade da *alêthê*, das proposições verdadeiras, não provém de sua concordância com outras asserções, mas de si mesmas, ou seja, não há necessidade de perquiri-las, pois cada pessoa deve ser capaz de aceitá-las por si própria. Na segunda diferenciação, e aí se afastando de Platão, Aristóteles distingue a opinião, que é aceita por ser defendida pela maioria, pelos mais sábios ou mais respeitados eticamente, daquela assertiva (erisma, falácia) que tem a aparência do reconhecimento, ainda que possa não efetivamente tê-lo.

Por isso divide os silogismos em dialéticos e apodíticos. Os **dialéticos** são aqueles cujas premissas tomam por base a *endoxa*, opiniões geralmente reconhecidas, e são estudados na *Tópica*, enquanto os **apodíticos** partem de premissas verdadeiras e são estudados nos *Analíticos Posteriores*. Nos termos da segunda oposição, surge a diferença entre silogismos dialéticos e erísticos – aqueles que “apenas aparentam” partir de premissas reconhecidas e constituem, portanto, “má” retórica. Os silogismos apodíticos e dialéticos são silogismos formalmente autênticos, ao passo que os silogismos **erísticos** são apenas aparentes<sup>37</sup>. Note-se também que o encadeamento formal das partes do silogismo pode ser necessário, logicamente correto (silogismo **protase**), sem que suas premissas ou conclusão sejam verdadeiras no sentido de corresponder ao seu objeto.

Resumindo, além dos silogismos apodítico e erístico, cabe diferenciar, na argumentação retórica, mais três espé-

---

37 AZZONI, Giampaolo. *Éndoxa e fonti del diritto*, in FERRARI, Gianfranco; MANZIN, Maurizio. *Atti delle Giornate tridentine di retorica - 3*. Trento: Università di Trento, 24-25 giugno 2003.

cies de silogismos. Um silogismo é **demonstrativo** se suas premissas são verdadeiras ou aceitas como verdadeiras, ou seja, se a implicação ocorre necessariamente e daí o assunto faz parte de alguma ciência em particular. Um silogismo é **dialético** quando suas premissas não admitem a qualificação de verdadeiras ou falsas, mas constituem-se de opiniões geralmente aceitas e tomam por base catálogos de *topoi*. Um silogismo é **retórico** (sinônimo de entimema), por sua vez, se, além das características do silogismo dialético, seu objeto diz respeito às três divisões da retórica, qual sejam deliberativas (política), forense (judicial) e epidítica (encomiástica, cerimonial)<sup>38</sup>.

Em sua busca pela “boa” retórica, Aristóteles procura então distinguir o entimema do erisma. Na argumentação erística o orador aproveita a ignorância ou o despreparo do ouvinte para convencê-lo de afirmações contraditórias, indignas de crédito ou simplesmente falsas; ela está ligada ao debate em torno da sofística, como dito, por isso erismas são por vezes apresentados como sinônimos de sofismas, falácias ou paralogismos. Em um sentido mais técnico, a erística consiste na arte de argumentar a favor ou contra qualquer tese, independentemente de seu conteúdo, constituindo parte importante da educação para o debate público. Aí a expressão aparece como sinônimo de **elêntica** e tem a função pragmática de vencer uma discussão. Observe-se que as afirmações podem ser conscientemente falsas, isto é, o orador pode saber que está mentindo, mas isso não ocorre necessariamente; mas tampouco podem ser objetivamente falsas, pois isso implicaria uma certeza que permitisse avaliar a falsidade do argumento. O silogismo erístico toma por base

---

38 ARISTOTLE. *Rhetoric*. I, 3, 1358a-1358b. *The works of Aristotle*, trad. W. Rhys Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 598.

premissas e/ou chega a conclusões que “apenas” aparentam ser plausíveis – e como tal têm sua força persuasiva no engodo – mas sua análise leva a paradoxos e perplexidades entre os eventos reais, os significantes e os significados: “todo galo tem duas pernas; Sócrates tem duas pernas; logo, Sócrates é um galo”.

Do ponto de vista lógico, essa estratégia erística é simples, consistindo numa troca rudimentar de posição nos termos: todo A (galo) > B (duas pernas); C (Sócrates) > B; logo, C > A. Compare-se com o silogismo apodítico clássico: “todo homem (A) é mortal (B); Sócrates (C) é homem (A); logo, Sócrates (C) é mortal (B)”.

Silogismo erístico:            Todo A > B; C > B; logo C > A

Silogismo apodítico:        Todo A > B; C > A; logo C > B

No erisma, a premissa menor liga a terceira variável (C) do argumento à segunda variável (B) da premissa maior e não à primeira (A), diferentemente do silogismo apodítico. Não se trata de um silogismo apodítico “falso”, mas de uma maneira diversa de organizar a argumentação. A falsidade de um silogismo supostamente apodítico consiste na falta de correspondência entre a argumentação e os “eventos”, mas mantém a mesma estrutura lógica do silogismo apodítico “verdadeira”: “toda ave voa (não corresponde à retórica material); o avestruz é ave; logo, o avestruz voa”. A falta de correspondência com os eventos, expressa na premissa maior (nem toda ave voa), vai contaminar da mesma inconsistência a conclusão.

Claro que mostrados isoladamente, assim, esses erismas parecem saltar aos olhos como absurdos e serão provavelmente desmascarados como “meras” estratégias argumentativas, óbvias mentiras de evidência; mas essa seria

uma visão superficial. Numa argumentação estrategicamente bem estruturada, os erismas aparecem em meio a entimemas e inclusive em meio a silogismos supostamente verdadeiros, como os apodícticos e os demonstrativos. Numa argumentação forense, por exemplo, estarão presentes pressuposições apodícticas como “dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço” ou “ninguém pode estar em dois lugares ao mesmo tempo”, assim como perícias demonstrativas relatadas por engenheiros e economistas, matemáticos e médicos legistas, ao fazer a perícia determinar se o prédio caiu por incompetência dos cálculos ou porque o empresário inescrupuloso trocou concreto por areia. Mas no meio dos encadeamentos argumentativos serão inseridos entimemas de probabilidades ou de paradigmas de comportamentos anteriores e também erismas das mais variadas espécies.

Diante desse cenário sobremaneira impreciso em seus conceitos, pode-se dizer que a retórica, como filosofia, é fruto de uma evolução da sofística e parece ter herdado o estigma que a influência de Platão emprestou aos sofistas, situando em um só nível entimemas – os juízos de probabilidade da persuasão – e os erismas – os “falsos” juízos. Propõe-se aqui ver o erisma como um dos tipos de encadeamento de argumentos sofísticos, diferente do entimema. E, ainda assim, o juízo erístico tem dois sentidos básicos: o de falso argumento, com o objetivo de vencer a qualquer preço, e o de controvérsia, de *dissoi logoi*, sentido da agonística, da arte do debate no discurso. A tradição platônica não apenas identifica entimema e erisma, como também reduz o próprio erisma a essa primeira acepção, mais negativa. É, assim, incorreta e imprecisa.

Na retórica valorativa de Aristóteles, que, de acordo com sua ética, visa a persuasão sem engodo ou ameaça de violência, o argumento pode se basear em diversas estra-

tégias, tais como lugares-comuns, paradigmas, indícios e verossimilhanças.

Na *Retórica*, ele tenta fornecer um catálogo quase que exaustivo dos lugares-comuns que dão conteúdo, fundamentam os argumentos entimemáticos, chegando a 28 deles<sup>39</sup>. No parágrafo abaixo, o objetivo é fornecer apenas alguns exemplos esclarecedores, não uma listagem exaustiva. Em muitos desses *topoi* podem ser detectados ditados populares, máximas de comportamento e também argumentos técnicos presentes nos livros de retórica e de hermenêutica jurídica. Não foram inventados por Aristóteles, que, segundo ele mesmo, limitou-se a catalogá-los (ao lado de outros autores da tradição retórica), mas parecem produto de experiências difusas, quase que características da vida humana em comum, estratégias argumentativas generalizadas e altamente eficientes.

Tal como o argumento, depois denominado *a contrario sensu*, que atribui qualidade positiva a uma palavra e daí qualidade negativa a seu oposto (a sabedoria é louvável, pois a ignorância é reprovável); ou aquele que estabelece uma implicação entre conceitos supostamente complementares (se ensinar é bom, aprender também o é); ou deduzir que quem não domina o que é menos não pode dominar o que é mais, o argumento *a minori ad majus* (se não pode votar, certamente não tem condições de ser eleito); e quem domina o que é mais vai também dominar o que é menos, *a majori ad minus* (se pode ser candidato a presidente da república também pode ser candidato a vereador); além do poderoso argumento de autoridade, *ab auctoritatem*, quando se apela ao

---

39 ARISTOTLE. *Rhetoric*. II, 23, 1397a-1400b. *The works of Aristotle*, trad. W. Rhys Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 645-649.

*ethos* de uma instância que legitima a mensagem (os buracos negros existem porque os astrônomos assim o afirmam).

A *Retórica* de Aristóteles explica a utilização de *topoi*, lugares comuns que servem de ponto de partida para a construção de entimemas<sup>40</sup>. Os *topoi* consistem de catálogos de opiniões genericamente disseminadas, em geral sobre **pretensas causalidades** – que apelam a efeitos supostamente necessários e, como tais, acima de quaisquer argumentos – ou posicionamentos éticos que se pretendem verdadeiros – e, como tais, também acima de quaisquer argumentos, embora o retórico saiba que essa pretensa causalidade não é pertinente. Apresentam-se como causais: “mulheres dirigem automóveis pior do que homens” (fulana é mulher; logo, fulana não dirige bem) ou “o ambiente economicamente carente produz tendência ao crime” (essa pessoa provém de um ambiente economicamente carente; logo, tende ao crime). Apresentam-se como corretos: “ter cultura é bom” (fulano é culto; logo é bom) ou “ser magro é belo” (essa pessoa é magra; logo é bela).

A argumentação por meio de **paradigmas** resulta da indução clássica (*epagogê*), que toma um exemplo, sobre cujo significado presume-se que os circunstantes estão de acordo, e procura estender esse significado ao ambiente do argumento utilizado no momento. A força persuasiva desse argumento atual, mais duvidosa do que o argumento que apela ao que “efetivamente se passou”, aumenta seu grau de convicção pela relação estabelecida com esse exemplo passado, pois o exemplo é uma espécie de indução e quando, dentre duas afirmações, uma é mais familiar ao auditório do que a outra, a primeira constitui um exemplo: “Dionísio quer

---

40 DYCK, Ed. *Topos and Enthymeme*, in *The International Society for the History of Rhetoric. Rhetorica*, Volume XX, Number 2. Berkeley: University of California Press, Spring 2002.

se tornar tirano, pois está formando uma guarda pessoal”. “Todo político que forma uma guarda pessoal ambiciona tornar-se tirano” é a premissa maior, a qual se baseia na verificação pretérita de que Pisítrato tornou-se tirano quando formou sua guarda pessoal, da mesma forma que o fez Teágenes em Mégara<sup>41</sup>. Estabelece-se dessarte uma relação entre um relato passado sobre o qual há acordo e um relato sobre um futuro duvidoso e atualmente em discussão.

Aristóteles aconselha que o paradigma escolhido seja um fato histórico, tido como “realmente” ocorrido (isto é, que haja acordo sobre seu relato), pois as pessoas tendem a crer que desfechos em eventos passados venham a se repetir. Mas, estrategicamente, admite que, quando isso não é possível, fábulas, parábolas e alegorias podem ser extremamente eficientes.

A retórica da argumentação também utiliza entimemas estribados em **indícios**. A estratégia consiste em fazer os indícios parecerem os mais causais possíveis, vale dizer, na mesma direção, inexoráveis. Assim, um eventual acordo sobre a existência do indício deve necessariamente provocar acordo sobre a existência do evento indicado por ele: “quem transpira, acelera as batidas do coração e fica pálido simultaneamente, está mentindo” (o detector de mentiras toma por base esse tipo de entimema). O relato que se supõe vencedor no momento vai se estender ao futuro sobre cuja constituição se está debatendo.

Outros argumentos repousam sobre **probabilidades**, isto é, contingências controladas por expectativas que pretendem ir muito além do raro e do casual. Com efeito, diferentemente das outras formas de contingência, o argumento

---

41 ARISTOTLE. *Rhetoric*. I, 1, 1357b. *The works of Aristotle*, trad. W. Rhys Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 597.

“provável” deve ser confirmado pela experiência na maioria das possibilidades que o antecedem, mesmo sabendo que o evento poderia ter ocorrido de modo diferente do que ocorreu, como argumentam e creem matemáticos e estatísticos. A probabilidade é verossímil.

Claro que essas bases argumentativas interpenetram-se e convencer-se da probabilidade de que um evento futuro ocorra pode repousar sobre paradigmas históricos ou alegóricos, sobre lugares-comuns causais ou éticos, sobre indícios e assim por diante. Os argumentos persuasivos partem do exemplo, que corresponde à indução na dialética; do entimema, que corresponde ao silogismo; e do entimema aparente, que corresponde ao silogismo aparente ou erisma.

Já na modernidade, os juristas lançam mão da classificação clássica dos tipos de silogismos para entender a evolução do positivismo. Os positivistas chamados “exegéticos” parecem crer que a decisão jurídica se expressa por um silogismo apodítico, isto é, constitui uma conclusão que decorre necessariamente das premissas: a lei é a premissa maior, o caso concreto, a menor. O texto estaria vinculado a apenas um sentido correto, verdadeiro, que deve ser literalmente “descoberto” diante do caso concreto. Por isso o juiz é tido como a “boca da lei” e não há qualquer consciência da distinção entre significantes e significados.

Com a evolução, os positivistas posteriores apelam ao silogismo dialético como procedimento argumentativo jurídico por excelência e o texto da lei é visto como uma “moldura”: a decisão concreta deve ocorrer dentro dos limites dessa moldura, mas é impossível determinar a única decisão correta. Dentro da moldura todas as decisões seriam corretas e são as características do caso concreto – diante do poder discricionário daqueles que decidem – que vão de-



terminar qual delas será escolhida. Do legalismo da Escola da Exegese esses normativistas mantêm a crença no caráter dedutivo da atividade do jurista, embora recusem diversos outros postulados legalistas.

Para os positivistas realistas, a decisão não provém dedutivamente do texto legal prévio, mas é fruto de uma infinidade de fatores casuísticos que só podem ser indutivamente determinados, ou seja, a partir do caso específico. A lei não tem um sentido próprio prévio e, por isso mesmo, vai se constituir apenas em um desses fatores a serem considerados diante do caso. As ponderações normativas em que se fundamenta a decisão são tópicas, circunstanciais, mutáveis e sua complexidade não consegue ser apreendida no texto da lei. Mantendo-se no rasto da classificação dos silogismos da tradição grega clássica, os argumentos jurídicos, para os realistas, assumem a forma de entimemas e erismas.

A **abdução** (ἀπαγωγή, *apagogé* ou *épagogé*, *abductio*) é apresentada como uma nova categoria de silogismo, para além do entimema, sugerida por Charles Sanders Peirce e considerada conceito-chave na emancipação da retórica pretendida pelo pragmatismo norte-americano<sup>42</sup>. Na linguagem de Peirce, a abdução é uma terceira forma de silogismo, ao lado da indução e da dedução, e tem uma lógica própria devido a uma diferente estruturação formal. Isso porque o silogismo dedutivo parte da regra (premissa maior) e do caso (premissa menor) para o resultado (conclusão), enquanto o silogismo indutivo parte do caso e do resultado para chegar à regra. Logo há uma terceira possibilidade, que modificaria também o conteúdo do argumento: partir da regra e do re-

---

42 LANIGAN, Richard L. From enthymeme to abduction: the classical law of logic and the postmodern rule of rhetoric, *in*: LANGSDORF, Lenore; SMITH, Andrew R. **Recovering pragmatism's voice**: the classical tradition, Rorty and the philosophy of communication. New York: State University of New York, 1995, p. 49-70.

sultado para o caso, o silogismo abduutivo que, a princípio, Peirce chamou simplesmente de “hipótese”<sup>43</sup>.

Ao contrário da dedução, que é logicamente obrigatória, por ser analítica, a abdução tem em comum com a indução as características de se apoiarem ambas na probabilidade e de constituírem juízos sintéticos (Kant), ou seja, que ampliam o conhecimento. A argumentação embasada na indução, diz Peirce, vai do particular para o geral e de uma série de fatos para outra série de fatos análogos, ao passo que a argumentação apoiada na abdução vai do efeito para a causa e de uma série de fatos para outra série de fatos de natureza diferente.

Imagine-se uma situação na qual o observador está diante de um punhado de feijões brancos e de uma sacola fechada, cheia de feijões. A estrutura do **argumento dedutivo** é assim exemplificada:

Regra: todos os feijões desta sacola são brancos.

Caso: estes feijões são desta sacola.

Resultado: logo, estes feijões são brancos.

A **argumentação indutiva** funciona da seguinte maneira:

Caso: estes feijões são desta sacola.

Resultado: estes feijões são brancos.

Regra: logo, todos os feijões desta sacola são brancos.

---

43 PEIRCE, Charles Sanders. Deduction, induction and hypothesis, in: PEIRCE, Charles Sanders. **The collected papers**. Editorial Introduction by John Deely. Electronic edition of the original Cambridge: Harvard University Press, vols. I-VI ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss, 1931-1935, vols. VII-VIII ed. Arthur W. Burks, 1958.

A abdução, por seu turno, configuraria uma **terceira possibilidade argumentativa**:

Regra: todos os feijões desta sacola são brancos.

Resultado: estes feijões são brancos.

Caso: logo, estes feijões são desta sacola.

O leitor atento observa que **faltam três possibilidades** na análise combinatória de regra, caso e resultado, os três componentes do silogismo.

Primeira:

Caso: estes feijões são desta sacola.

Regra: todos os feijões desta sacola são brancos.

Resultado: logo, estes feijões são brancos.

Segunda:

Resultado: estes feijões são brancos.

Caso: estes feijões são desta sacola.

Regra: logo, todos os feijões desta sacola são brancos.

Terceira:

Resultado: estes feijões são brancos.

Regra: todos os feijões desta sacola são brancos.

Caso: logo, estes feijões são desta sacola.

Essas três possibilidades não são relevantes, porém, porque a primeira se confunde com a dedução, vez que a aceitação das duas premissas leva **necessariamente** à conclusão e há uma simples inversão na sequência entre regra

e caso; também por inversão, a segunda e a terceira formas constituem respectivamente as mesmas indução e abdução .

Os pragmatistas esforçam-se por distinguir a abdução do entimema e da indução, mas muitos outros autores tendem a ver na abdução apenas uma das espécies de entimemas já classificados por Aristóteles ou mesmo um sinônimo da indução tradicional<sup>44</sup>, o que ocorre também quando se traduz *epagogé* por indução. Como a retórica considera a indução somente uma das vias do entimema, sem confundir os dois conceitos, certamente a argumentação abduativa pode ser compreendida como outra dessas vias, corroborando a contribuição de Peirce.

## 6. Conclusão: a sofística e o problema da ética na retórica

A **Retórica** de Aristóteles está permeada de ética, sobretudo seu Livro I, talvez o mais importante dos três, na medida em que os outros dois têm caráter mais técnico, ou melhor dizendo, estratégico. É lá no primeiro livro que se encontra a famosa classificação das ações justas e injustas, a qual parte da convicção de que há dois tipos de direito, o particular e o universal, isto é, aquele que é criado e aplicado por cada comunidade específica a seus membros e aquele que vale para todos, mesmo aqueles que não estão associados pelos laços de uma comunidade. Aristóteles alude expressamente ao argumento da Antígona de Sófocles, no sentido de que o enterro de Polínice foi um ato justo, mesmo contra o direito posto<sup>45</sup>.

44 SCHULZ, Lorenz. Pragmatismus und Paternalismus, in: ANDERHEIDEN, Michael; BÜRKL, Peter; HEINIG, Hans Michael; KIRSTE, Stephan; SEELMANN, Kurt. **Paternalismus und Recht**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006, p. 69-92, p. 83.

45 ARISTOTLE. **Rhetoric**. I, 13, 1373b. **The works of Aristotle**, trad. W. Rhys

Este texto afasta-se em dois pontos importantes da retórica de Aristóteles: primeiro, não reduz a função retórica à persuasão, inserindo outros meios etnometodológicos de comunicação, tais como o engodo e a ameaça de violência; segundo, não subordina a retórica a uma ética determinada, a uma concepção específica do bem. Ainda assim, toma *ethos*, *pathos* e *logos* como meios retóricos para constituir o mundo (retórica material) e modificar o mundo (retórica estratégica)<sup>46</sup>.

Claro que isso também contraria a união que Aristóteles considera necessária entre retórica e virtude moral. Com efeito, ele insiste que a argumentação precisa estar conectada à virtude (*aretê*) e à ponderação (*phrónēsis*), embora não haja um nome próprio para distinguir o retórico honesto do desonesto<sup>47</sup>. A ideia mais relativista de entender a retórica de modo instrumental, sem a unir necessariamente a uma ética “do bem” não é nova e com ela foi confrontado o próprio Aristóteles pelos sofistas, que a consideravam uma estratégia para impor diferentes visões morais.

Dada a grande longevidade desses três fundamentos da teoria retórica da argumentação, *ethos*, *pathos* e *logos*, é importante atentar para a porosidade desses termos, além de suas vagueza e ambiguidade. Traduzidos para inúmeras línguas, ao longo de diversas épocas e culturas, origens de tantos termos diferentes (ética, patética, lógica), fonte dos mais variados usos, suas significações são extremamente variadas.

---

Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 617.

46 Para a devida discussão dessa tese: ADEODATO, João Maurício. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011.

47 ARISTOTLE. *Rhetoric*. I, 4, 1359a. **The works of Aristotle**, trad. W. Rhys Roberts, Col. Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990, vol. 8, p. 599.

Além da questão ética, a política também assume papel relevante nesse debate e, com ela, o direito, pois uma das estratégias de Aristóteles e seus discípulos é definir como má retórica aquela que se preocupa apenas com os ornamentos retóricos e a sedução das belas palavras, contra o que já alertara, antes dele, Platão. É assim que o discurso forense, origem da retórica na Sicília de Córax e Tísias, passa a ser marginalizado em função de sua teleologia estratégica, estigma aposto à retórica em geral até os dias atuais (o que fica claro na tentativa corrente de desqualificar um argumento como “apenas retórico”).

A importância de Aristóteles é grande para o estudo da retórica, por ter ele sido o primeiro dos grandes filósofos da tradição ocidental a tentar situar a retórica como um campo de estudo e conhecimento, o que mesmo assim não evitou que sua *Retórica* fosse considerada obra menor e não tão respeitada quanto outras durante séculos, quiçá até hoje. O fato é que, em sua análise da retórica, mesmo admitindo não ser possível fazê-la atingir a dignidade e o grau de certeza da filosofia, Aristóteles procura admitir uma “retórica ética” em oposição à retórica estratégica dos sofistas. E mesmo colocando o discurso judicial como exemplo de má retórica, Aristóteles acha para ele um lugar na argumentação, ao lado dos discursos deliberativo e epidítico.

Ressalte-se que, com a perda de importância da retórica, ocorre também uma decadência na política, sobretudo em sua forma democrática, com as restrições aos debates públicos e ao discurso político em geral, ao lado da velha defesa da “verdade” na política<sup>48</sup>. O reconhecimento da impossibilidade de verdades, não apenas em tudo o que é

---

48 GOODRICH, Peter. Rhetoric as jurisprudence: an introduction to the politics of legal language. *Oxford Journal of Legal Studies*, vol. 4. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 105.

humano, mas, principalmente, nos aspectos mais importantes da existência humana, tais como o direito, a moral, a política, isto é, no mundo normativo em que ocorrem promessas sobre o futuro, é o solo fértil para o crescimento da retórica. Só por meio de argumentos podem-se controlar as incertezas e garantir essa característica fundamental do ser humano: divergir sempre sobre o fluxo dos eventos em que está atolado no mundo.

---

*Recebido em 22/06/2015.*

*Aprovado em 28/08/2015.*

**João Maurício Adeodato**

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária

CEP 50670-901 Recife - PE

E-mail: [adeodato@ufpe.br](mailto:adeodato@ufpe.br)

